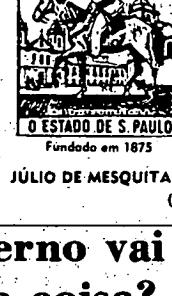


jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Táctito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O susto do governo vai adiantar alguma coisa?

O comando econômico do governo parece agora preocupado e assustado. Já não era sem tempo. O motivo é que está acontecendo exatamente aquilo que se previa que aconteceria: uma violenta aceleração inflacionária, com o índice de janeiro superando o recorde de novembro último.

A equipe do ex-ministro Dornelles esperava, no início de 1985, que a inflação caísse, mas não linearmente: ela deveria cair em "folha seca", isto é, subindo de vez em quando para voltar a cair de novo. A equipe do ministro Funaro está conseguindo algo diferente: fazer que a "folha seca" apenas suba.

O índice mensal de inflação, nesta nova fase, tem reços — como os de setembro e outubro —, para depois ganhar impulso ascendente que o leva a novos recordes, como os de novembro e janeiro. É um padrão ominoso de comportamento, mas não surpreendente. É que os instantes de recuo refletem os sustos do governo e os artifícios momentâneos para moderar o índice, enquanto os instantes de aceleração refletem a tendência real subjacente da inflação, isto é, o efeito das forças que estão agindo sobre ela.

O governo age no dia-a-dia, quebrando galhos. A inflação, todavia, revela uma aceleração permanente: cada vez que as autoridades, atraídas por outras questões, tiram a mão do regulador, a caldeira inflacionária dá vazão à sua pressão, num movimento que os velhos maquinistas das locomotivas a vapor conheciam bem.

Os maquinistas modernos da economia brasileira preferem, todavia, em vez de cortar a pressão da caldeira ou reduzir a lenha na fornalha, brigar com o medidor da pressão a ver se com isso moderam a velocidade do trem.

Tivemos notícia da reunião do ministro Funaro, neste fim de semana, com colegas seus de governo e assessores, a fim de estudar fórmulas cabalísticas para moderar o ritmo inflacionário. Os jornais estão prevendo que tais novidades aparecerão já na reunião do Conselho Monetário Nacional de quinta-feira próxima. Uma delas, por exemplo, seria uma espécie de recolhimento compulsório sobre os depósitos de poupança, uma maneira de "enxugar" o dinheiro da praça e "rolar" a dívida interna ao mesmo tempo, pois os agentes receberiam títulos do governo em troca desse compulsório. Trata-se, na prática, de uma política de redução dos meios de pagamento. Se lembrarmos que há poucos dias as autoridades reduziram para seis meses o prazo de financiamento de carros, numa tentativa de desaquecer a demanda pelo menos nessa área, temos aí os sinais de que já se ensaiam linhas de ação de caráter "monetarista" para enfrentar o surto inflacionário.

Por que essas preocupações e essa agitação toda?

Já dissemos aqui que este surto inflacionário era perfeitamente previsível. Quem semeia ventos, colhe tempestades, diz a sabedoria popular, e o vendaval inflacionário do momento vem sendometiculosa- mente semeado desde o início do governo Sarney. Aliás, se recuarmos um pouco no tempo, teremos uma visão mais abrangente e ao mesmo tempo mais completa do fenômeno.

Todos sabíamos, já por volta de 1979, que o setor público tivera expansão colossal e desproporcional no Brasil. A crise dos juros e o segundo choque do petróleo recomendavam então um rigoroso ajuste do setor público — que não foi feito. O governo do presidente Figueiredo não teve força nem vontade para propor e implementar o ajuste do setor público, que, aliás, continuou expandindo-se quase no mesmo ritmo anterior. Como este fato era inconciliável com o estrangulamento cambial externo, a solução foi impor tremenda recessão ao setor privado, para que a economia como um todo se ajustasse ao estrangulamento cambial sem sacrifícios do setor público. Isto foi feito, e o mestre-de-obras foi o ministro Delfim Netto.

Não sabemos se o presidente Tancredo Neves chegou a perceber em toda a sua dimensão o imperativo, então, de um ajuste, agora, do setor público, uma vez que o setor privado, superada a fase mais crítica, ganhava impulso. Suas inúmeras declarações, todavia, de que o crescimento doravante se faria com base no setor privado, de que era preciso repensar o papel do Estado e do governo na economia, e as primeiras ações do ex-ministro Dornelles, nos autorizaram a imaginar que ele tinha clara noção da estratégia mais sensata, que era deslocar o eixo da recessão para o setor público, de tal forma que o setor privado pudesse ganhar impulso sem pressionar a inflação e ao mesmo tempo ajudando a equilibrar as finanças públicas.

Infelizmente, não era essa a visão e a orientação do presidente Sarney. No afã, talvez, de ganhar popularidade rapidamente e romper a frustração política que a morte de Tancredo trouxe ao País, o chefe do governo, como ele próprio repete frequentemente, optou pelo crescimento. Só que optou pela expansão da demanda, isto é, pela dinamização do setor privado sem conter ou reduzir o setor público. O resultado é que toda a economia inchou além da medida e das proporções desejáveis, gerando um extraordinário e notável potencial inflacionário. Sem ter reduzido os dispêndios do setor público, ao contrário, acelerando-os até, e ao mesmo tempo exacerbando a demanda privada, o governo só poderia colher, como está colhendo, a chamada "mudança de patamar" da inflação.

Resta indagar se as tentativas de fazê-la recuar "de patamar" novamente poderão dar resultados. Não cremos, enquanto não for atacado o problema fundamental. Pode ser que o índice de fevereiro seja menor do que o de janeiro, até porque o período de coleta de preços será menor, conforme o próprio governo está dizendo. Uma vez serenados os ânimos, porém, a inflação reconquistará seu terreno, até que o governo se decida a fazer o que tem de ser feito: cortar seus dispêndios, único meio não inflacionário de reduzir suas emissões de títulos e moeda.

A insistência do ministro Sayad em completar a construção do "Brasil Grande", iniciada no governo Médici, à custa de expansão em termos reais dos investimentos das estatais, já se nos afigura suicida.

Mesmo porque a queda dos preços do petróleo e das taxas de juros internacionais nos estão proporcionando, na prática, o "dinheiro novo" que tanto queríamos dos credores. Se a isso fosse somado um

relevante corte de dispêndios do governo (ou o adiamento, por um ano que seja, dos investimentos petrolíferos, por exemplo, que somam quase 50 trilhões de cruzeiros), afinal, teríamos uma possibilidade e uma perspectiva concreta de reequilíbrio das finanças públicas e, portanto, de efetivo controle da inflação.

Fora disso é o reino da tapeação, da enganação, que só nos levará, de "patamar" em "patamar", ao alto da pirâmide de novo sacrifício econômico.